

## AS INTERCULTURAS NA EDUCAÇÃO POPULAR

Magda Silony Maciel

Neste apontamento, pretendo apresentar a dimensão intercultural da Educação Popular e a sua relevância educacional na contemporaneidade. Atualmente a Educação Popular vem se reformulando, enquanto proposta político-pedagógica, no sentido de sistematizar processos formativos com características coletivas que articulam a participação e o conhecimento elaborado a partir da ação.

Refletir sobre novas possibilidades e estratégias pedagógicas, que possibilitem elaborar saberes, que representem e atendam a uma coletividade, se configura como um dos maiores desafios da Educação Popular comprometida com a emancipação dos menos privilegiados, aqueles e aquelas maiores vítimas das desigualdades sociais.

Os processos educativos populares que valorizam os componentes culturais dos grupos populares, emergiram na América latina a partir dos anos 1960. No Brasil, grandes mobilizações nos campos e nas cidades inspiraram vários trabalhos educativos, que valorizavam a cultura popular, tais como os Centros Populares de Cultura, o Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular, a Campanha “*De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*”, assim com o método Paulo Freire de Alfabetização, (FLEURY, 2001).

Durante a Ditadura Militar, o Brasil mergulhou em um processo que controlou e censurou as ações populares, favorecendo uma homogeneização e um silenciamento dos movimentos sociais e culturais. No final dos anos 1970, surgiram os movimentos de base, por meio das associações de moradores, das (seus), das novas configurações sindicais entre outros movimentos que deram cor a multiplicidade e variedade de interesses desses grupos.

Segundo Fleury (2001), articularam-se lutas sociais no plano político-econômico, para isso o autor apresenta os movimentos operários e sindicais, movimentos ligados aos bairros, ao consumo, à questão agrária. Neste período surgiram movimentos que se articulavam em torno do reconhecimento de suas identidades étnicas, das questões de gênero, entre outras questões, na intenção de

organizar ações coletivas, que se formulassem no campo empírico, ou seja, movimentos sociais, que se articulavam a partir da demandas e anseios dos autores sociais que compunham o mesmo. Para Feltran (2005), o pensamento pedagógico dos movimentos populares foi articulado entre os saberes formais e não formais na busca da construção de saberes coletivos, a fim de formar politicamente os indivíduos das camadas populares. Segundo Azibeiro (2001), os movimentos populares que são movimentos sociais que priorizam a defesa dos interesses e valores dos setores mais empobrecidos e excluídos da população, esses insatisfeitos com as condições em que se encontram, organizam-se e se mobilizam para buscar uma solução coletiva para seus problemas, já que individualmente é muito difícil que o consigam.

Para Warren (1999), esses movimentos apresentam uma forma mais abrangente de práticas sociopolítico-culturais, visando à realização de projetos de mudanças sociais, sistêmicas ou civilizatórias que compreendem as diversidades e as relações culturais dos sujeitos que os compõem.

É nesse contexto, de múltiplas especificidades e proposições diversas, nos movimentos sociais, que compreender a dimensão intercultural da Educação Popular aparece como uma nova forma de sistematizar os saberes e as ações desses grupos que buscam a garantia dos direitos, para Warren (1999),<sup>1</sup> esses movimentos são compostos por sujeitos sociais, associações civis.<sup>2</sup>

## A Dimensão Intercultural das Relações na Educação Popular

A dimensão intercultural da educação popular possibilita uma articulação dinâmica entre os saberes dos indivíduos-grupos e dos grupos-indivíduos, além de integrar saberes populares e

---

<sup>1</sup> Refere-se à relação de responsabilidade e de autocriatividade positiva, não destrutiva, que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com a sociedade em que vive. É a ideia de sujeitos no mundo ou do cidadão no mundo, que se constituem nas relações sociais, em que a autonomia, a autocriatividade, a alteridade e o respeito à diversidade são indispensáveis para essa constituição.

<sup>2</sup> São formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criada pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa dos direitos de cidadania, reconstrução comunitária etc.



científicos elaborando assim uma aprendizagem carregada de significados e potencializadora de novas ações, pertinentes a ambos, sobre essa aprendizagem, Souza (1998, p. 23) afirma:

Aprendizagem que se faz, portanto num processo de confronto de saberes que se dá na transformação das necessidades populares em demandas sociais e no qual se elaboram propostas para sua satisfação. Transformam-se esses processos em experiências significativas para as pessoas nelas envolvidas.

A dimensão intercultural da Educação Popular possibilita o exercício dialético dos saberes que se constitui na relação dos indivíduos que compõem as ações coletivas. Segundo Paulo Freire (1979), os sujeitos se educam em relação, mediatizados pelo mundo. Na contemporaneidade, precisamos encontrar formas, estratégias e possibilidades de construir essas relações baseadas no respeito mútuo, na solidariedade para buscar o enfrentamento das desigualdades, promovidos pelo modelo civilizatório no qual estamos inseridos em que os sujeitos são compreendidos numa perspectiva homogênea e desumanizadora.

A racionalidade instrumental transformou os sujeitos detentores de características únicas, dotados de criatividade, de afetividade e espiritualidade, em sujeitos que negam ou não compreendem as suas dimensões, sua capacidade ontológica de ser mais.

O conceito de cultura<sup>1</sup> na contemporaneidade tem se tornado complexo, como afirma Geertz (1989), em contraponto ao paradigma do pensamento totalizador, é, a partir daí, que podemos compreender que os sujeitos precisam ser entendidos na sua condição existencial, em evolução, no sentido de detentores de uma cultura própria e estas como compositoras das culturas dos grupos nos quais estes indivíduos estão inseridos. Por isso, a educação popular tem a tarefa de refletir sobre as práticas das ações coletivas, que buscam a superação da sua subalternidade das classes populares, provocando novas sistematizações das ações o que envolve esses indivíduos e os universos existenciais de cada um.

A compreensão do sentido da ação do outro é uma condição importante para a compreensão dos sentidos da nossa própria ação, a compreensão da lógica de significação inerente aos padrões culturais de outros grupos, facilita a compreensão

---

<sup>1</sup> Totalidade acumulada de padrões culturais, ou seja, sistemas organizados de símbolos significantes.

da relação entre culturas, é, assim, a condição para o desenvolvimento de cada cultura. (FLEURY, 2001, p.10).

Segundo Azibeiro (2001), os indivíduos das classes populares trazem inscritas no seu corpo as marcas de como se construiu o modelo da cidadania brasileira, que sempre foi excludente, calcado no triunfo das aparências e do consumo e, ao participarem dos movimentos populares, começavam a pensar e agir de forma menos individualista. Sentiam-se também mais confiantes e mais seguras.

Com a Globalização, que não é apenas um fenômeno econômico, mas também ocorre nas dimensões culturais e políticas, o desafio de novas relações interculturais vem se propondo gradativamente com mais força no cenário mundial. (SCHERER-WARREN, 1998, p.31).

Na Educação Popular, o respeito à cultura de cada indivíduo se dá na relação dos mesmos, na busca de um saber cada vez mais crítico, a partir do respeito e do entrelaçamento do saber de experiência feito de cada um, que se propõe a avançar na condição existencial do humano em evolução (FREIRE, 1997). É preciso pensar em uma educação popular que reflita e elabore estratégias metodológicas, atentas com o sentido de coletividade contemporânea, valorizando as diferenças com possibilidade de aprendizado entre os pares.

A dimensão global da Educação Popular contribui ainda para que a compreensão geral do ser humano em torno de si como ser social seja menos monolítica e mais pluralista, seja menos unidirecionada e mais aberta à discussão democrática de pressuposições básicas da existência. (FREIRE, 1997, p.63).

Assim compreendida e posta em prática, a Educação Popular pode ser socialmente percebida como facilitadora da compreensão científica que grupos e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências. Esta é uma das tarefas fundamentais da educação popular de corte progressista, a de inserir os grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico (FREIRE, 1997, p.65).

Para Fleury (2001), reconhecer o potencial pedagógico da diferença, dos conflitos culturais dos sujeitos e dos movimentos



aos quais estes pertencem, possibilita a interação e a reciprocidade entre grupos e sujeitos diferentes, fomentando assim estratégias de relação que buscam promover a construção de identidades particulares e reconhecimento das diferenças culturais, mas ao mesmo tempo, sustentando a criticidade e a solidariedade entre elas, como propõe Morin (1986), no paradigma da complexidade, tentando religar o que foi fragmentado pela racionalidade instrumental, nos mostrando que o que é concorrente e antagônico, também é complementar.

## A Complexidade que Inter-relaciona e da Significação a Educação Popular

Ao propor uma construção coletiva a partir da realidade do outro e respeito aos saberes concretos, a Educação Popular propõe um imersão na realidade do outro, na pluralidade do contexto na qual a ação cultural se propõe a trabalhar, buscando dialogar com a multiplicidade das relações e com isso novas sínteses culturais. Contudo, isso é preciso reconhecer, que essas sínteses culturais não são imediatas, são na verdade, construídas historicamente, demandam tempo e retroalimentação por parte dos envolvidos a fim de garantir a continuidade do movimento sociopolítico e cultural. Concordo com Freire (1997, p. 88), quando o mesmo afirma que:

uma mesma compreensão da prática educativa, uma mesma metodologia de trabalho não operam necessariamente de forma idêntica em contextos diferentes. A intervenção é histórica, é cultural, é política. É por isso que insisto tanto em que as experiências não podem ser transplantadas, mas reinventadas [...]

Para Freire uma ação político pedagógica tem como partida a compreensão das formas de resistência do campo de ação, essa preocupação pode ser encontrada na seguinte afirmação:

Daí a necessidade fundamental que o educador popular tem de compreender as formas de resistência das classes populares, suas festas, suas danças, seus folguedos, suas lendas, suas devoções, seus medos, sua semântica, sua sintaxe, sua religiosidade. Não me parece possível organizar programas de ação político-pedagógica sem levar seriamente em conta

as resistências das classes populares. É preciso entender que as formas de resistência envolvem em si mesmos limites que as classes. (1997, p.89).

Desenvolver possibilidades de articulação entre diferentes dimensões subjetivas dos indivíduos e contextos sociais e políticos nos quais os mesmos estão inseridos, reflete a relevância da dimensão intercultural da Educação Popular. Abrindo, assim, um campo de superação da compreensão de educação como meio de transmissão de informações. Para Fleury (2001), as ações e reações entre sujeitos criam, sustentam e modificam os contextos relacionais, em que esses sujeitos reinventam seus significados, possibilitando a criação de metacontextos onde os sujeitos assimilam e internalizam as outras culturas que estão em movimento e em relação umas com as outras.

Segundo Souza (1998), a Educação Popular tem se ocupado com a construção e de ocupações coletivas com as ideias de qualidade social, porém na atualidade é preciso encontrar dispositivos adequados para garantir processos de aprendizagem que implicam diálogo de saberes e sistematização de conhecimentos; para isso, a qualidade dos processos pedagógicos requer educadores populares comprometidos permanentemente com os resultados de suas ações. Este papel vai além da tradicional tarefa de facilitar, e exige envolvimento afetivo com os contextos de suas possíveis intervenções, além do exercício dialógico constante, pois ambos se educam no processo relacional da ação político-pedagógica e cultural.

Segundo Kulesza (1998), um dos maiores desafios da Educação Popular numa perspectiva contemporânea, é a construção de uma teoria educacional a partir dos saberes populares; para o autor, essa é a verdadeira Educação Popular.

A relação entre educadores populares e os sujeitos cognocentes, que compõem os campos de ações culturais, numa compreensão complexa, pressupõe uma interação na busca de elaborações de novas organizações que vão desde a perspectiva mais subjetiva dos sujeitos a elaboração de novos metaconceitos e metacontextos. Morin assinala que um organismo não é constituído pelas células mas pelas ações que se estabelecem entre elas, possibilitando organizações mais complexas (2005, p.265).



Reconhecer, portanto, a complexidade na construção de significados no campo das relações na educação popular é reconhecer uma Pedagogia Popular, que busca libertar os sujeitos do campo de ação cultural, assim como libertar o educador popular por meio do exercício dialógico e reciprocidade entre os pares, que buscam na ética, na amorosidade, no respeito mútuo e solidariedade entre as partes, a fim de superar as dificuldades no campo cognocente e existencial, buscando o equilíbrio entre o universo conceitual abstrativo e os universos existenciais de cada sujeito, reconhecendo o movimento de inconclusão e possível superação entre os pares.

### **A Dialógica da Dimensão Intercultural do Educador Popular e dos Indivíduos Cognoscentes**

A reciprocidade, entre os sujeitos que compõem a prática pedagógica popular, é um dos critérios que caracterizam a relação intercultural, contudo é preciso que o educador popular assim como o sujeito envolvido na ação cultural político-pedagógica, tenham clareza de suas vocações, seus contextos além do projeto político de suas ações. Para Paulo Freire (1986), a compreensão da realidade nas práticas pedagógicas populares, ou seja, nas práticas de Educação Popular se dá por meio das linguagens, da aproximação dos conceitos à realidade concreta.

Numa perspectiva intercultural, educador popular deve tentar se aproximar do vocabulário existencial dos indivíduos cognoscentes, e precupar-se com os temas geradores que emergem da realidade concreta, trabalhar a partir dos níveis de percepção desses indivíduos na tentativa de avançar na compreensão recíproca do contexto, é preciso que ambos leiam o mundo através da palavra.

As práticas educativas populares na contemporaneidade necessitam, a partir do diálogo, dar subsídios para os sujeitos cognoscentes do campo de ação cultural, compreender seu contexto cada vez mais por meio da criticidade para que os mesmos possam reorganizá-los, reinventá-los na busca de superar as desigualdades propostas pelo Modelo Civilizatório Neoliberal.

Paulo Freire (1986) diz que há uma clara diferença entre o universo vocabular do educador popular e dos sujeitos cognocen-

tes, porém ele afirma que essa diferença é base para a elaboração, ou seja, da substituição de um saber ingênuo por um saber capaz de transformar realidades desumanas em realidades mais humanizadoras repletas de significados e boniteza.

É preciso compreender que o conceito de cultura é um conceito em movimento, um conceito complexo que busca atender a dimensão simbólica das organizações sociais menos privilegiadas, diferentemente do conceito de cultura apresentado na perspectiva moderna, conceito esse que propunha a homogeneização das organizações sociais promovendo, assim, a exclusão e a desqualificação dos sujeitos que não se encaixavam nesse modelo de cultura hegemônica. O educador popular, assim como os sujeitos, tem a possibilidade de elaborar uma visão compartilhada a partir da negociação das experiências, buscando elaborar significados que podem ser expressos e internalizados por ambas as partes. As práticas populares precisam reconhecer urgentemente a pluralidade e as inter-relações dos indivíduos que a compõem e de seus respectivos contextos, a fim de superar as dicotomias sociais, econômicas e políticas. E isso ocorre a partir do reconhecimento das diferenças e da medição das partes diferentes, por meio do diálogo.

## Referências Bibliográficas

- GARCIA Canclini, Nestor. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro- Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: Guanabara Koogan, 1973.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O vôo da arara azul: escritos sobre a vida, a cultura, e a educação ambiental*. Campinas-SP: Armazém do Ipê, 2007.



MATURANA, R. Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Tradução de José Fernandes C. Forte. Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG, 1998.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FLEURY, Reinaldo Matias. *Intercultura: estudos emergentes*. Organizado por Reinaldo Matias Fleury. Ijuí: Ed. Ijuí, 2001. p. 130-148.

AZIBEIRO, Nadir. *Esperança*. Intercultura: estudos emergentes. Organizado por Reinaldo Matias Fleury. Ijuí: Ed. Ijuí, 2001. p. 19-39.

VIEIRA, Rosângela Steffen. *Intercultura: estudos emergentes*. Organizado por Reinaldo Matias Fleury. Ijuí: Ed. Ijuí, 2001. p. 117-128.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanistas: Fapesp, 2005.